

Salve o 13 de Maio: as comemorações da abolição da escravatura

Petrônio Domingues
Doutor em História (USP)
Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

São Paulo, primeiras décadas do século XX. Era comum, nesse período, estratos da população negra saírem às ruas todo ano para comemorar o 13 de Maio – data da abolição da escravatura no Brasil –, por meio de romarias, missas, conferências cívicas, discursos solenes, festivais artístico-culturais, bailes, música, dança, teatro e embalados, na maior parte das vezes, por um clima de alegria e emoção. Apoiando-se em registros diversos, especialmente jornalísticos, esta comunicação tem a finalidade de examinar essas comemorações, procurando demonstrar os seus múltiplos sentidos e diferentes significados.

Palavras-chave: negros; diáspora africana; abolição; escravidão e liberdade; comemorações.

Nas primeiras décadas do século XX, estratos da população negra de São Paulo dedicavam significativo valor ao Treze de Maio – data da abolição da escravatura no Brasil – e costumavam ocupar o espaço “privado” e “público” para comemorar a data. Mas como se davam esses rituais comemorativos, em termos de configurações, ideais, discursos e representações? A proposta, aqui, é desvelar os sentidos e significados que os agentes dessa história atribuíam às suas ações, a partir de “seus próprios rituais, suas próprias satisfações e visão do mundo”.¹

Os rituais costumeiros

A população negra de São Paulo celebrava o aniversário da Abolição com esmero, ardor e entusiasmo. O Clube 13 de Maio dos Homens Pretos, fundado na capital em 20 de julho de 1902 e reunindo quase cem pessoas, fazia alusão à lei Áurea na escolha do próprio nome e inscrevia no primeiro artigo de seu estatuto que a finalidade da agremiação era “festejar anualmente, com o maior brilhantismo possível, a gloriosa data de 13 de maio de 1888”.² Buscava-se cumprir o estatuto à risca, pois, no dia 22 de junho de 1924, *O Clarim d’Alvorada* noticiava que o “veterano” Clube 13 de Maio “comemorou com todo brilhantismo, como nos anos anteriores, a Lei Áurea, dando a seus associados e convidados uma excelente partida”. Constou de uma sessão solene, em que discursaram várias lideranças negras, porém o momento de maior emoção deu-se quando o “orador oficial fez uma breve oração em regozijo à grande data”. Terminada a sessão, iniciaram as danças que foram até ao romper da autora.³

Em Campinas, as associações negras também preparavam atividades especiais para comemorar a data “gloriosa” de 13 de maio. Em 1908, a Federação Paulista dos Homens de Cor, o Centro Cívico 13 de Maio e a Sociedade Beneficente Isabel a Redentora definiram uma programação com missa, passeata, banda de música e discursos durante o dia. À noite palestra sobre a escravidão, antiga e moderna, americana e africana; “além de um sumário dos heróis abolicionistas, finalizando com a abordagem das conseqüências políticas e sociais do regime escravista”.⁴

Os jornais e revistas da imprensa negra costumavam reservar espaços copiosos, quando não publicavam edições especiais, para se reportarem à data em que foi decretada a extinção do cativeiro no Brasil. No entanto, não eram somente em seus clubes e órgãos de comunicação que os libertos e seus descendentes rememoravam, todos os anos, o dia da “fraternidade dos brasileiros”.⁵ Analogamente nas ruas, nas praças, nos cantos, recantos e arrabaldes de São Paulo, a Lei Áurea era sustentada com alegria, energia e fervor, por meio de batuques, sambas e jongos, principalmente.

Os significados polissêmicos

Cabe indagar quais eram as expectativas, motivações, representações e narrativas presentes nessas efemérides. Fontes relevantes, para se apurar essa questão, são os depoimentos de ex-escravos e seus descendentes, as tradições orais, as quadras, os estatutos das agremiações dos “homens de cor”, os textos de memorialistas e cronistas e, especialmente, os jornais da imprensa negra, na medida em que esses jornais permitem reconstituir aspectos da maneira de pensar, sentir, se comportar e agir dos afro-paulistas na perspectiva deles próprios. Isto não significa dizer que essas publicações assumiam um padrão unívoco ou monolítico. Sua linha editorial e retórica racial, por exemplo, caracterizou-se pela dimensão plural e multifária. De todo modo, constituem uma fonte profícua (e valiosa) para documentar a experiência afrodiáspórica no Planalto de Piratininga.⁶

Acreditava-se que a escravidão constituía uma “mancha em nossa nacionalidade”, qual seja, um “terrível espantinho” a impedir que o Brasil se realizasse como nação, deixando “estacionário o progresso da nossa agricultura e o da nossa indústria”.⁷ A Lei Áurea rompeu as algemas que pesavam sobre o negro. E como este era visto como o “maior baluarte na formação da Pátria”, a supressão do cativo significou o triunfo definitivo de nossa nacionalidade, possibilitando que o Brasil desenvolvesse todo o seu potencial. “Hoje”, declarava *O Clarim d’Alvorada*, “comemoramos com entusiasmo grandioso o trigésimo nono aniversário dessa Lei, que firmou a nossa nacionalidade”.⁸ Se o regime escravista dividia os brasileiros, a Abolição unificava a “nossa nacionalidade”, consolidando-a e a impulsionando na rota do progresso e da civilização. Nesse sentido, o 13 de Maio foi uma conquista de todos os brasileiros, e não apenas dos negros, eis a razão pela qual a data deveria ser celebrada em clima de fraternidade, conagração e, acima de tudo, união nacional.⁹ A data apontava a “mais bela jornada que a têmpera combativa da nacionalidade empreendeu”¹⁰ ou, simplesmente, tratava-se da “maior data da história desta grande pátria”.¹¹

A Lei Áurea só teria sido possível graças à ação dos abolicionistas e da Princesa Isabel. “Elevemos os nossos corações”, propalavam os líderes da “raça”, em

“reconhecimento profundo” aos “incansáveis lutadores, abolicionistas”, bem “assim à Excelsa Senhora Princesa Isabel”.¹² Tão ou mais importante do que os abolicionistas, para a aprovação da Lei Áurea, teria sido o papel desempenhado pela princesa Isabel. Em várias edições dos jornais da imprensa negra, a herdeira presuntiva do trono brasileiro era adjetivada de “a redemptora”, “excelsa senhora”, “anjo benfeitor”, “brasileira angélica”, “mulher sublime e santa”, “senhora mãe dos escravos” ou “mãe dos cativos”. Muitos negros a viam como uma pessoa sagrada. Equiparada a uma santa, a Regente do Império era tida como a responsável pela vitória dos negros e pela incorporação dos diferentes segmentos no seio da nação. Sob seu manto (e em comunhão), brancos, negros e índios eram acolhidos. A edificação da nação se completaria neste glorioso momento de patriotismo. “A obra, iniciada em 7 de setembro de 1822 por D. Pedro I, era agora completada pela Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888. Ambos eram atos curadores e libertadores. Constituíam-se momentos importante da formação da nação”.¹³

As comemorações do aniversário da Lei Áurea não se revestiam apenas de um sentido cívico, nacionalista e laudatório dos abolicionistas e da Princesa Isabel. Momento singular de construção de uma memória coletiva, a efeméride concomitantemente servia para manter vivas as imagens e representações da escravidão na sociedade brasileira. De modo similar, as festividades “cívicas” do Treze de Maio eram apropriadas com fins políticos, constituindo um espaço de mobilização racial: de retóricas por direitos e demandas pela ampliação da cidadania. Os afro-paulistas, nesses eventos, não se remetiam exclusivamente aos “martírios” do passado, como ainda se debruçavam sobre os dilemas, impasses e desafios do presente. Ao investigar as “comemorações da liberdade” em Porto Alegre (RS) na última década do século XIX e primeira década do século XX, Maria Angélica Zubaran certificou-se de algo semelhante: os afro-gaúchos “apontaram as continuidades entre a época da escravidão e do pós-abolição”, chegaram a representar a liberdade como “incompleta” e, a partir daí, utilizaram o Treze de Maio como instrumento (e linguagem) para desfraldar suas demandas por direitos e se opor aos preconceitos e às práticas discriminatórias vigentes.¹⁴

De maneira não menos importante, o aniversário da Abolição abrigou uma conotação lúdica, traduzindo-se, na vida cotidiana de muitos afro-paulistas, como uma

festa. A festa do Treze de Maio era palpitante, garantido aos participantes intenso prazer ao reunir comida, bebida, música, dança e manifestações culturais afrodiáspóricas. O cronista Jacob Penteadou documentou uma dessas festas no bairro do Belenzinho.¹⁵ Em que pese o etnocentrismo, seu relato é um testemunho de que as comemorações do Treze de Maio tornaram-se uma tradição negra, alcançando visibilidade pública e impacto na experiência demarcadora, quer das fronteiras étnicorraciais, quer das narrativas de escravidão e liberdade. Geralmente, os libertos e seus descendentes aguardavam a data com ansiedade, pois também a concebiam como sinônimo de festa, lazer e diversão. Eram nas festas de Treze de Maio que os afro-paulistas expressavam a alegria transbordante que sentiam do dia da “libertação”. Eram nessas festas, assim, que eles se descontraíam (com música, dança e bebida), se congregavam (com amigos, vizinhos e parentes), trocavam experiências (nos diálogos, nos flertes e nas brincadeiras), criavam redes de solidariedade, inventavam (e reinventavam) ritos, estilos, símbolos e artefatos culturais afrodiáspóricos; atualizavam (e reatualizavam) memórias, forjavam e negociavam identidades, ventilavam noções de direitos e semeavam expectativas de igualdade.

Considerações finais

A Abolição pôs fim à instituição sobre a qual a civilização brasileira se alicerçou durante mais de trezentos anos. Foi produto de um notável movimento de massa e de pressão social e política, consubstanciando “uma vitória do povo e – poderíamos acrescentar – uma conquista dos negros livres e escravos”.¹⁶ Se porventura não há consenso de que se tratou de uma, ou a única, “revolução social” – tal como propugnava Florestan Fernandes –, decerto o evento representou um marco, um verdadeiro divisor de águas, em termos de avanço democrático.¹⁷ Na metáfora lapidar de Dunshee de Abranches, a “bastilha” caíra.¹⁸ Pela primeira vez na história brasileira, um movimento de massa triunfou sobre os interesses oligárquicos. Pela primeira vez na história da nação, todos os brasileiros foram considerados iguais perante a lei, em sua condição de liberdade. Isto não é pouco. Quem sentiu na pele os horrores do cativo que o diga.

Mariano dos Santos, por exemplo, não parecia ter dúvidas da diferença entre ser escravo ou ser pessoa livre:

Pois é, como eu expliquei: quer ir numa festa, vai; quer ir num passeio, vai; quer ir num lugar, vai; se vier no dia, tá bom; quer dormir a hora que quer, dorme; quer levantar cedo, levanta; se quer levantar mais tarde, levanta; e se vai, se quer dar um passeio, faz o que quer. Se vier no dia, tá bão; a hora que se alimenta; se quer vará o dia todo se alimentando, cabando, não tem quem diga você não coma ou você não divirta, ou não vai em tal lugar. Então é como eu digo, como eu falo: que tanto eu como este povo novo, de agora, depois da Libertação, tâmo na glória.¹⁹

Os ex-escravos sabiam o que era ter seus movimentos tolhidos por um senhor, fosse ele generoso ou não. Eis um aspecto para o qual não se deve negligenciar. Os negros comemoravam o Treze de Maio como a “libertação”, ou seja, como momento de aquisição de um direito elementar de cidadania: o direito de se deslocar, de passear, de festejar, em suma, o direito de ir e vir.²⁰ Por essa premissa, eles não estavam enganados. Havia muita coisa em jogo nessas comemorações. O fato é que os protagonistas dessa história foram polissêmicos, imprimindo múltiplos sentidos e distintos significados às comemorações do aniversário da Abolição. De forma tática e versátil, eles utilizaram a data para produzir (e ressignificar) narrativas de “raça” e “nação”, reverenciar os seus heróis, sensibilizar a opinião pública para os seus “flagelos” (do passado e do presente), inscrever (e reinscrever) fluidas identidades afrodiáspóricas, dar ressonância às suas retóricas de igualdade e, a um só tempo, se inserir proativamente na arena de disputa do projeto nacional. Por fim, cumpre ressaltar o sentido cultural e recreativo da efeméride. A fim de dar vazão às emoções e tensões cotidianas, os negros promoviam no Treze de Maio atividades artístico-culturais e bailantes, fazendo da data uma grande festa, das quais se destacavam as garbosas *soirées* dos clubes dos “homens de cor” e os contagiantes (e efervescentes) batuques, sambas, jongos e congadas dos “libertos”, que se realizavam nas casas, ruas e praças públicas da *paulicéia desvairada*.

NOTAS

¹ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 78.

² “Estatutos do Club 13 de Maio dos Homens Pretos”. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, n. 234, 22/10/1902, p. 2245.

³ *O Clarim d’Alvorada*. São Paulo, 22/06/1924, p. 4.

-
- ⁴ MACIEL, Cleber da Sliva. *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1926)*. 2ª. ed. Campinas, CMU/Unicamp, 1997 [1987], pp. 91-93.
- ⁵ *O Kosmos*. São Paulo, 13/05/1923, p. 1.
- ⁶ Sobre a imprensa negra, ver BASTIDE, Roger. “A imprensa negra do Estado de São Paulo”. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Sociologia*, São Paulo, v. CXXI, n. 2, 1951, pp. 50-78; FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo: Ed. FFLCH-USP, 1986 (Série Antropologia, 13); DOMINGUES, Petrônio. “Os jornais dos filhos e netos de escravos (1889-1930)”. *A nova abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008, pp. 19-58; SEIGEL, Micol. *Uneven encounters: making race and nation in Brazil and The United States*. Durham, NC: Duke University Press, 2009, pp. 179-205.
- ⁷ *O Clarim d’Alvorada*. São Paulo, 13/05/1927, p. 4.
- ⁸ *O Clarim d’Alvorada*. São Paulo, 13/05/1927, p. 2-3.
- ⁹ O ideal de fraternidade nacional era (re)alimentado todos os anos nas comemorações do Treze de Maio, tendo servido até mesmo de mote para as manifestações desportivas, como os jogos de futebol entre “pretos” e “brancos”. A partir de 1927, algumas associações dos “homens de cor”, com a anuência dos clubes atléticos da capital, tomaram a iniciativa de promover um jogo entre os selecionados dos negros e dos brancos, a ser disputado no dia da Abolição. Numa época em que os primeiros tentavam fazer parte dos times mais importantes, formados exclusivamente pelos segundos, a partida tinha um sentido nacionalista, patriótico – de comunhão, irmandade e conagração dos brasileiros, acima da linha de cor. O “encontro” do “quadro Preto” e do “quadro Branco” já “se tornou tradicional entre nós”, informou o jornal *Progresso*, em 1930. “Temo-lo todos os anos a passagem da gloriosa data que assinala a vitória de uma causa pela qual se bateram as mais exuberantes mentalidades do Império do Brasil, numa luta incessante que atendia ao apelo de todas as almas nobres e patrióticas do tempo. Impossível que sobre ele não recaísse a atenção dos nossos esportistas, que têm sempre consigo a idéia da grandeza da pátria. Oxalá permaneça de pé por muitos e muitos anos essa tradição, que virá lembrar na aridez das comemorações um dos fatos da nossa história”. *Progresso*. São Paulo, 31/05/1931, p. 3. Ver também *Progresso*. São Paulo, 20/04/1930, p. 4 e *Diário de São Paulo*. São Paulo, 13/05/1931, p. 8.
- ¹⁰ *O Clarim d’Alvorada*. São Paulo, 13/05/1932, p. 1.
- ¹¹ *O Clarim d’Alvorada*. São Paulo, 09/06/1929, p. 4.
- ¹² *O Clarim d’Alvorada*. São Paulo, 13/05/1927, p. 2-3.
- ¹³ DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Isabel, a “Redentora” dos escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 225.
- ¹⁴ ZUBARAN, Maria Angélica. “Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, julho de 2008, pp. 179-182; Para as comemorações do Treze de Maio no Rio Grande do Sul, ver também MAGALHÃES, Magna Lima. “Crônicas e notas: a imprensa hamburguesa e o 13 de Maio”. *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 12, n. 1, 2008, pp. 60-66.
- ¹⁵ PENTEADO, Jacob. *Belenzinho, 1910: retrato de uma época*. 2ª. ed. São Paulo: Carrenho Editorial; Narrativa Um, 2003, pp. 195-199.
- ¹⁶ ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 1998, p. 75.
- ¹⁷ Robert Conrad refere-se à Abolição como “uma grande vitória para os brasileiros”, que lhes deu uma “medida de orgulho e sentido de grandeza”. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 337. Já na opinião de Luiz Felipe de Alencastro, o 13 de maio, “tardio ou insequente”, continua sendo “o mais estrondoso maremoto que varreu a atribulada sociedade brasileira”. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “De Nabuco a Nabuco”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 08/05/1987. Folhetim, caderno B, pp. 6-8.
- ¹⁸ ABRANCHES, Dunshee de. *O cativoiro (memórias)*. 2ª. ed. São Luís: Alumar, 1992 [1941], p. 195.
- ¹⁹ MAESTRI FILHO, Mário José. *Depoimentos de escravos brasileiros*. São Paulo: Ícone, 1988, p. 31.

²⁰ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. “13 de Maio e anti-racismo”. *Anti-racismo e seus paradoxos*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 90.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Dunshee de. *O cativo (memórias)*. 2ª. ed. São Luís: Alumar, 1992.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “De Nabuco a Nabuco”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 08/05/1987. Folhetim, caderno B, pp. 6-8.
- ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Anti-racismo e seus paradoxos*. São Paulo: Annablume, 2004.
- BASTIDE, Roger. “A imprensa negra do Estado de São Paulo”. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Sociologia*, São Paulo, v. CXXI, n. 2, 1951, pp. 50-78.
- BUTLER, Kim D. *Freedoms given, freedoms won: afro-brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1998.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Isabel, a “Redentora” dos escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- DOMINGUES, Petrônio. “Os jornais dos filhos e netos de escravos (1889-1930)”. *A nova abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo: Ed. FFLCH-USP, 1986 (Série Antropologia, 13).
- MACIEL, Cleber da Sliva. *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1926)*. 2ª. ed. Campinas, CMU/Unicamp, 1997.
- MAESTRI FILHO, Mário José. *Depoimentos de escravos brasileiros*. São Paulo: Ícone, 1988.
- MAGALHÃES, Magna Lima. “Crônicas e notas: a imprensa hamburguesa e o 13 de Maio”. *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 12, n. 1, 2008, pp. 60-66.
- PENTEADO, Jacob. *Belenzinho, 1910: retrato de uma época*. 2ª. ed. São Paulo: Carrenho Editorial; Narrativa Um, 2003.
- SEIGEL, Micol. *Uneven encounters: making race and nation in Brazil and The United States*. Durham, NC: Duke University Press, 2009.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ZUBARAN, Maria Angélica. “Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, julho de 2008.